

LEVANTAMENTO DOS MARCOS LÓGICOS E LEGAIS DA POLÍTICA NACIONAL SOBRE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS

1. Marcos Lógicos

NORMATIVAS INTERNACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS	1948	Lista os direitos e deveres fundamentais de todo ser humano.
Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem	1948	Resolução XXX, Ata Final, aprovada na IX Conferência Internacional Americana, em Bogotá, em abril de 1948. Cita os direitos essenciais do homem, que os Estados americanos devem reconhecer.
CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS – PACTO DE SAN JOSÉ DA COSTA RICA	1969	Cita os deveres dos Estados e os direitos protegidos.
PROTOCOLO DE SAN SALVADOR	1998	Protocolo Adicional à Convenção Interamericana Sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

MARCOS NACIONAIS		
Publicação/Origem		Ementa
DECRETO N O 6.117, DE 22 DE MAIO DE 2007	2007	Aprova a Política Nacional sobre o Álcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de álcool e sua associação com a violência e criminalidade, e dá outras providências.
POLÍTICA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PARA A ATENÇÃO INTEGRAL A USUÁRIOS DE ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	2004	
POLÍTICA NACIONAL SOBRE DROGAS	2005	Define a política nacional sobre Drogas, que tem dentre seus objetivos: buscar, incessantemente, atingir o ideal de construção de uma sociedade protegida do uso de drogas ilícitas e do uso indevido de drogas lícitas; reconhecer as diferenças entre o usuário, a pessoa em uso indevido, o dependente e o traficante

		de drogas, tratando-os de forma diferenciada; e tratar de forma igualitária, sem discriminação, as pessoas usuárias ou dependentes de drogas lícitas ou ilícitas.
DECLARAÇÃO DE BRASÍLIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE ALCÓOL	2005	Reconhece os danos , riscos, abordagens e necessidades dos usuários de álcool e outras drogas e Prevenir e reduzir os danos relacionados ao consumo de álcool sejam considerados uma prioridade de saúde pública para ações por parte de todos os países da região das Américas.
Plano Nacional de Saúde	2004	O objetivo do Plano é promover o cumprimento do direito constitucional à saúde, visando a redução do risco de agravos e o acesso universal e igualitário às ações para a sua promoção, proteção e recuperação , assegurando a equidade na atenção, aprimorando os mecanismos de financiamento, diminuindo as desigualdades regionais e provendo serviços de qualidade, oportunos e humanizados.
Política Nacional de Saúde Mental	2001	Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

2. Marcos Legais

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
Constituição Federal do Brasil		05/10/88	Assembléia Nacional Constituinte	Conjunto de normas, regras e princípios supremos do ordenamento jurídico do país.
Lei Nº 11.754, de 23 de julho de 2008			PR	Acresce, altera e revoga dispositivos da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cria cargos em comissão; revoga dispositivos das Leis nos 10.869, de 13 de maio de 2004, e 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências.
Lei Nº 11.705, de 19 de junho de 2008				Altera a Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro”, e a Lei

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
				no 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4o do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências
	Lei Nº 11.343, de 23 de agosto de 2006			Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências.
	Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003			Dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
	Lei Nº 10.409, de 11 de janeiro de 2002			Dispõe sobre a Prevenção, o Tratamento, a Fiscalização, o Controle e a Repressão à produção, ao uso e Tráfico Ilícito de Produtos, Substâncias ou Drogas ilícitas que causem dependência física ou psíquica assim elencados pelo Ministério da Saúde, e dá outras providências.
	Lei Nº 9.804, de 30 de junho de 1999			Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica
	Lei Nº 9.294, de 15 de julho de 1996			Dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal.
	Lei Nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986			Cria o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso, dispõe sobre os bens apreendidos e adquiridos com produtos de tráfico ilícito de drogas ou atividades correlatas, e dá outras providências.
	Lei Nº 6.368, de 21 de outubro de 1976			Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, e dá outras providências.
	Lei Nº10.216, de 06 de Abril de 2001			Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.
	Portaria 336, de 19 de Fevereiro de 2002		MS	Portaria que define e estabelece diretrizes para o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial. Estes serviços passam a ser categorizados por porte e clientela, recebendo as denominações de CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad. Documento fundamental para gestores e trabalhadores em saúde mental.
	Decreto Nº 6.489, de 19 de junho de 2008			Regulamenta a Lei nº 11.705, de 19 de junho de 2008, no ponto em que restringe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.
	Decreto Nº 6.488, de 19 de junho de 2008			Regulamenta os arts. 276 e 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, disciplinando a margem de tolerância de álcool no sangue e a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia para efeitos de crime de trânsito.
	Decreto nº 6.366, de 30 de janeiro de 2008			Regulamenta a Medida Provisória no 415, de 21 de janeiro de 2008, que proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.
	Decreto nº. 6.117, de 22 de maio de 2007			Aprova a Política Nacional sobre o Álcool, dispõe sobre as medidas para redução do uso indevido de

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
				álcool e sua associação com a violência e criminalidade, e dá outras providências.
				Regulamenta a Lei nº. 11.343, de 23 de agosto de 2006, que trata das políticas públicas sobre drogas e da instituição do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, e dá outras providências.
				Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e dá outras providências.
				Altera os arts. 3º, 4º e 6º do Decreto n.º 3.696, de 21 de dezembro de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas
				Institui o Sistema Nacional Antidrogas
				Aprova o texto da Convenção contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e de Substâncias Psicotrópicas, aprovada em Viena, em 20 de dezembro de 1988.
				Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências.
				Institui o Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão de Entorpecentes e dá outras providências.
				Instalar a Câmara Técnica Temática de Tratamento e a Câmara Técnica Temática de Redução de Danos, coordenadas pelo Ministério da Saúde, até 30 dias após aprovada, pelo CONAD, a indicação de seus membros.
				Reconhece os Centros de Excelência nas áreas de prevenção, tratamento e/ou pesquisa, integrando-os ao SISNAD.
				Dispõe sobre as condições para a aprovação de projetos e liberação de recursos financeiros do FUNAD.
				Estabelece normas para o cadastramento de Instituições com atuação nas áreas de prevenção, pesquisa, tratamento e reinserção social de dependentes químicos.
				Publica a atualização do Anexo I, Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial, da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998, republicada no Diário Oficial da União de 1º de fevereiro de 1999.
				Estabelece o Regimento Interno das Câmaras Técnicas, das Câmaras de Assessoramento e das Câmaras Especiais do Conselho Nacional Antidrogas.
				Dispõe sobre o uso religioso e sobre a pesquisa da ayahuasca.
				Define grupo de trabalho objetivando submeter à deliberação do Conselho Nacional Antidrogas - CONAD, normas de controle social referente o uso do "chá ayahuasca".

Tipo	Ident.	Data	Órgão	Ementa
		Resolução n.º 01 e n.º 02 do CONAD, de 06 de outubro de 2003		Estabelece orientações estratégicas e diretrizes para o Sistema Nacional Antidrogas e Estabelece orientações sobre a organização interna do Conselho Nacional Antidrogas.
		Resolução - RDC nº 201, de 18 de julho de 2002		Determinar que os pontos de entrada e saída, no país, de mercadorias à base de substâncias entorpecentes, psicotrópicos e precursores, passam a ser a partir da data de publicação desta Resolução efetuados pelos Porto e Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro e Porto de Santos/SP e Aeroporto Internacional de São Paulo.
		Resolução RDC nº 101, de 30 de maio de 2001		Estabelece Regulamento Técnico disciplinando as exigências mínimas para o funcionamento de serviços de atenção a pessoas com transtornos decorrentes do uso ou abuso de substâncias psicoativas, segundo modelo psicossocial, também conhecidos como Comunidades Terapêuticas, parte integrante desta Resolução.
		Resolução n.º 03 do CONFEN, de 19 de junho de 1995		Estabelece critérios e prioridades na apreciação de processos sobre liberação de recursos do FUNCAB
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 415, de 21 de janeiro de 2008		Proíbe a comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais e acresce dispositivo à Lei no 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro.
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de janeiro de 2004		Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45, de 4 de setembro de 2001		Dispõe sobre o Sistema Nacional Antidrogas.
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.216-37, de 31 de agosto de 2001		Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios.
		MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.689, de 29 de junho de 1998		Ato de criação da Secretaria Nacional Antidrogas.

Fonte principal: http://www.senad.gov.br/documentos_diversos_legislacao/documentos_diversos_legislacao.html